

Os LUGARES DA EDUCAÇÃO POPULAR, territórios de resistência e criatividade.

Experiencias político-pedagógicas de construção de Projeto Populares

Claudio Nascimento

Ao saudoso Padre Agostinho Preto, incansável articulador de movimentos operário-pastoral- populares durante a ditadura militar.

Inserido no tema geral dos “Lugares da educação popular, territórios de resistência e criatividade”, nosso ensaio tem por eixo a questão : Qual o papel da educação popular na construção de uma contra-hegemonia, mais claramente, na construção de um Projeto Popular para o Brasil? Como esse processo foi assumido por varias experiências de educação popular no pais ?

Seja em conjuntura de resistência seja em conjunturas de democratização, a educação popular, no Brasil, tem sido um elemento estruturante de movimentos sociais, e, também de políticas publicas.E,esse elemento estruturante, em quaisquer conjunturas, articula ‘resistência e criatividade’.Portanto, a palavra no plural , ‘Lugares” , é seu campo de práxis.

Como elemento estruturante a educação popular porta a ‘tendência ou potencial’ de articulação em Redes e/ou projetos político-pedagógicos. Suas diversas experiências buscam articular-se em Projetos populares de Nação. È o que pretendemos mostrar com as experiências que vamos assinalar ,de modo muito resumido,quase um mapeamento para estudos posteriores.

O tema é complexo e demandaria estudos mais sistemáticos.Vamos apenas levantar algumas experiências e questões teóricas em relação a nosso tema.E,trago uma contribuição,quase testemunho,a partir de minha inserção nestas experiências .Uma

trajetória iniciada em 1975 no CEDI, e em 1978 no CEDAC, ambos no Rio de Janeiro. Trabalho educativo com oposições sindicais, movimentos de bairro e pastorais.

Por isso, a não inclusão de tantas outras experiências da educação popular, como por exemplo a política de formação e as escolas do MST. Ou, mais recentemente da escola da Contag.

Nestes trabalhos, a presença de padre Agostinho Pretto, foi fundamental. Em primeiro lugar, pelo apoio moral que nos deu quando saímos da prisão no DOI-CODI-RJ, em 1973. Na época Agostinho me levou para trabalhar no CEDI. Este tipo de apoio Agostinho deu a tantas pessoas. E, tanto no CEDI quanto no CEDAC, onde acompanhávamos a Pastoral Operária e as Oposições Sindicais pelo país. Eis porque a dedicatória !

Para responder nossa questão, necessariamente teremos que nos inserir e recorrer ao processo histórico, articulando a questão da educação popular com a disputa de projetos políticos. Nosso período de análise significa uma “onda de longa duração”, contendo 3 períodos :

-Memória longa=anos 50 ate 1964;

-Memória media= período da ditadura militar (1964-1988-1989);

-Memória curta= período pos neoliberal (anos 90 até os dias atuais).

1) O primeiro período, do ‘nacional desenvolvimentismo’ foi caracterizado por surgimento de diversos movimentos sociais e também por experiências de Governos democratizantes. Significou talvez a primeira experiência de construção de idéias contra-hegemonicas no Brasil, como já assinalou Antonio Candido.

Assim, por exemplo, destacamos as Ligas camponesas, o movimento sindical em torno da Pro´-CGT, o movimento estudantil da UNE, movimentos culturais como o MCP, o CCP, cinema novo, teatro do oprimido, música popular. E, nos Governos, a experiência do Governo de Miguel Arraes na prefeitura de Recife e no Estado de Pernambuco; o da prefeitura de Natal, e o governo de Brizola no RS.

Estas experiências trouxeram a marca da educação popular articulada com as questões culturais e, também da educação popular como política publica nos Governos citados.

Essa onda longa de fluxo da sociedade civil-politica durou até o golpe militar de 1964, e, no campo cultural se estendeu até final de 1968 (AI n. 5). Há uma vasta bibliografia a respeito.

P. Freire, entre tantos, se exilou. Tinha sido chamado à Brasília pelo Governo Jango para constuir políticas publicas de educação popular. Mas, voltaria a desenvolver esta experiência pessoalmente como secretario de educação no Governo Erundina em São Paulo. E, nos anos 2000, voltaria a ser inspiração profunda das ações educativas da RECID, enquanto articulação de espaço publico entre governo e movimentos sociais.

2) No período da DM (1964-1988), em seguida ao massacre e derrota dos grupos da resistência armada, as esquerdas se “dispersaram” em experiências da educação popular. Essa, então, foi elemento estruturante dos movimentos sociais seja através da organização popular, com uma nova relação entre dirigentes e base, na formação de base de vários movimentos, por exemplo, as oposições sindicais no campo e na cidade, através de sua forma peculiar de organização de base –sobretudo, as comissões de fábrica; as Comunidades eclesiais de Base, movimentos de bairros em torno de Associações e Comissões de Moradores. Há também uma vasta bibliografia a respeito.

Nesse período houve uma retomada das questões da educação popular e culturais do período anterior, tanto nos movimentos sociais acima citados quanto em algumas experiências de Governo democráticos. Portanto, forte resistência e ampla criatividade marcaram a práxis do período.

Muitas ONGs (na época chamadas de Centros de educação popular ou de assessoria) foram criadas nesse período de resistência à ditadura militar. Participamos do CEDAC, uma rede de ongs, fundada em 1978-79, articulando militantes de várias experiências e movimentos sociais (Pastorais, esquerda armada, ação sindical e de bairro) e atuando em território nacional, através de instituições fundadas em pelo menos 8 Estados da federação.

A especificidade política do CEDAC era seu projeto estratégico centrado em 3 eixos: a crítica ao sindicalismo vertical; a crítica aos partidos ‘leninistas’ de vanguarda e o horizonte do ‘socialismo autogestionário’. Nesse último, sem dúvidas, foi pioneiro. Suas atividades eram caracterizadas pela organização de movimentos populares de Bairro, as Oposições sindicais e Pastorais, como a Pastoral Operária ou instituições como a Juventude Operária Cristã. Tinha uma linha editorial chamada “Brasil dos Trabalhadores”, (nome tomado do Boletim da Oposição Sindical no exílio europeu) em torno das questões do ‘novo sindicalismo’ e de experiências de autogestão. Contava com uma ampla participação de trabalhadores do campo e cidade. A presença de ex-exilados que militavam no movimento sindical, trouxe uma práxis que foi desenvolvida na Europa em torno de um sindicalismo democrático e de base. Na Europa tinham fundado o Grupo de Apoio a Oposição Sindical, realizando ações de publicidade das Oposições Sindicais no exterior e articulando ações com o movimento sindical mundial, como o Encontro Sindical ocorrido em Bruxelas, em 1978, contando com a presença de inúmeras Centrais Sindicais que estavam reunidas na capital Belga.

No campo dos Governos locais-prefeituras, a experiência principal foi a gestão de Paulo Freire como secretário de educação no Governo Luiza Erundina em São Paulo, a partir de 1988. Freire tentou articular as várias Políticas Públicas através da educação popular. Cada Secretaria tinha um coletivo de educação popular.

Também, há a experiência do Governo de Olívio Dutra no RS, na mesma época. Em ambas experiências, a educação popular passa da resistência à elaboração de políticas públicas, o MOVA em São Paulo, a Constituinte da educação em Porto Alegre, são exemplos claros.

No campo sindical, A criação da CUT teve como um dos seus marcos a luta contra a ditadura militar combinada à ação sindical em defesa do salário, do emprego, da terra e da autonomia e liberdade sindical, onde, num intenso processo de mobilização, inúmeras oposições sindicais disputavam eleições e conquistavam novos sindicatos para o campo cutista. Essa estratégia de ação de massa foi crucial para que, no bojo das tensões políticas entre Estado e sociedade que caracterizaram a transição nos anos 70/80, o movimento sindical liderado pela CUT ocupasse um lugar de destaque, colocando-se como um dos principais interlocutores dos setores populares no processo de disputa de hegemonia na sociedade brasileira.

O trabalho de formação esteve presente em toda essa trajetória. A própria criação da central se inseriu no movimento de resistência e busca de alternativas em que a educação popular teve um papel destacado.

Os debates e lutas em torno de uma Constituinte Popular no final dos anos 80, foi outro marco fundamental da resistência e criatividade da educação popular. O projeto ‘Educação Popular na Constituinte’ (articulando cerca de 9 ONGs do país) articulado ao movimento dos Comites de participação na Constituinte, tinha como lema “Constituinte sem povo não cria nada de novo”. Organizava-se em ‘comites populares’ que usavam a metodologia da educação popular em suas formas de lutas e de formação de base.

3) O período posterior, os anos do neoliberalismo, iniciado já em 1985, acelerado pelo interregno do Governo Collor de Melo, e consolidado na época FHC, trouxeram dificuldades imensas para os movimentos sociais. Contudo, esse processo foi desigual, pois em alguns territórios houve experiências de movimentos sociais e de Governos que traçavam outra perspectiva política.

Por exemplo, enquanto o governo FHC ‘criminalizava’ a greve dos Petroleiros, em Catende, na zona da mata de Pernambuco, com apoio do governo M. Arraes, devido a aplicação da lei de falência, os trabalhadores da Usina Catende assumiam a autogestão de um território de 26 mil hectares. Precisamente, em Catende esteve P. Freire para uma “roda de conversa” com os camponeses.

Algumas experiências foram fundamentais para o período posterior. Destacamos aquelas em que estivemos presente como ator direto. A criação do INCA em 1986, por iniciativa de sindicalistas do ABCD, quando perceberam a necessidade do movimento sindical-operário avançar para disputa de Projetos na Sociedade. A campanha das “Diretas Já” tinha mostrado a forte participação da sociedade. Os trabalhadores, então, precisavam de organismos de educação próprios. O INCA veio atender essa demanda e durou até 1996, constituindo 10 anos de trabalho de educação popular.

Não por acaso, Paulo Freire foi o presidente do INCA, tendo um sindicalista dos Químicos como vice-presidente (Jorge Coelho). O INCA reuniu os principais nomes do movimento sindical e popular e da intelectualidade do país. Tinha projeto de formação

, articulando a CUT, o PT e movimentos populares, e em alguns momentos questões da teologia da libertação .

O Programa “Integrar”, surgido por iniciativa da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT , iniciado em 1995 no ABCD , surgiu de uma pequena experiência da CNM com desempregados do ABCD com uso dos recursos do FAT. A partir de 1987, se ampliou para várias cidades de SP e RJ. Desta experiência surgiu uma forte articulação com a USP, a PUC e a UFRJ em torno das questões da qualificação sócio-profissional.

Os comitês de desempregados avançaram seus debates em torno do tema do Cooperativismo Popular ou Economia Solidária . Estes comitês se reuniram no ABCD e formularam 8 projetos de cooperativas . Um amplo seminário, com cerca de 3.000 pessoas discutiu estas propostas avançando idéias de “organização de unidades produtivas autogeridas “. A presença de Paul Singer e da ANTEAG impulsionaram a experiência ao campo da Ecosol.

Esse Programa , em 1998, foi assumido pela CUT como programa “Integração” articulando formação sindical e qualificação sócio-profissional. Foi desenvolvido pela Rede de Escolas da CUT , articuladas com educadoras de algumas Universidades (Maria Clara Fischer, Elza Falkenbach e Daisy Cunha -Unisinos, Unijui e UFMG, respectivamente).

Dois aspectos se destacam: pela primeira vez a utilização de recursos do FAT e a articulação em torno do conceito de ‘território’ vindo da obra do geógrafo Milton Santos. Resistência as políticas neoliberais articulada com ‘criatividade’ político-pedagógica.

4) Esse Projeto foi fundamental no período iniciado em 2002, (com a eleição de Lula à Presidência da República) para construção do Plano Nacional de Qualificação na Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, do Ministério . Trabalho e . Emprego., com os recursos do FAT.

Quando na CUT, foram 5 anos de experiência marcada por uma concepção de qualificação profissional no campo dos Conselhos de gestão pública e na formação de educadores. Ambos cortados transversalmente por uma metodologia de ‘sistematização de experiências de educação popular”.

Outro Projeto marcante foi o “Terra Solidária” desenvolvido pela CUT na região Sul. Articulava diversas cidades nos 3 estados da região Sul, com o critério territorial. No período do Governo Lula, esse Projeto foi usado como base para construção do Programa “Saberes da Terra” articulando o Ministério da Educação (SECAD), a SENAES, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Meio Ambiente, e a CONTAG.

No campo da Ecosol, a partir da SENAES, foi criada a Rede dos CEFS, um cada região e um em nível nacional. Nesta construção foi fundamental a experiência de construção

da Política Nacional de Formação da CUT ,iniciada com seminários sobre metodologia da educação popular,em 1986 , em uma ação educativa coordenada pelo INCA, FASE nacional,CUT e CEDI.Ação que recolheu tudo que havia de experiência de formação sindical no Brasil,seja de alguns sindicatos seja das ONGs.

No caso, a SENAES e o FBES-Forum Brasileiro de Ecosol, chamaram 2 oficinas nacionais para construção metodológica do Projeto político-pedagógico dos futuros Centros de Formação da Economia Solidária.Em Brasília, a Primeira oficina metodológica, em 2005, cerca de 40 instituições participaram desta atividade,levantando as questões metodológicas e de conteúdo da formação em Ecosol .Nos CFES ,a partir de 2009,essa construção avançou para formulação de uma ‘pedagogia da autogestão’.

No campo das políticas públicas , houve a experiência do TALHER depois RECID,iniciada no Ministério do Desenvolvimento Social ,para formação de ‘comites populares’ nas cidades ,onde teriam como tarefa a gestão popular dos Programa “Fome Zero”.articulando movimentos populares e Prefeituras.

A passagem de TALHER para RECID, rede educação popular inspirada na pedagogia de Paulo Freire, significou um salto de qualidade ao ter como objetivo maior a participação com os movimentos sociais na construção de um Projeto Popular para o Brasil.

A RECID funciona através da realização de mais de 2.000 oficinas de base nos setores mais pobres da população. Em sua evolução foi construindo metodologias de sistematização em nível nacional e em seguida , um Projeto Político Pedagógico ,através de diversas formas e níveis da educação popular,como as “Círculos de Educação” realizadas em nível nacional.Em seus encontros municipais,estaduais e nacional,a Recid elaborou elementos de um Projeto Popular,através de um processo de sistematização envolvendo milhares de pessoas através de suas milhares de oficinas de base e rodas de conversa.

Duas Instituições de educação popular realizaram a mediação entre o Governo federal e os movimentos sociais.Primeiro, o IPF –Instituto Paulo Freire, de São Paulo, e,em seguida, o CAMP.do Rio Grande do Sul.

E, por fim, mas não menos fundamental ,foi a aprovação na CONAI- Conferencia Nacional Educação, em 2010, a educação popular foi aprovada como política pública de Estado.A RECID articulou essa iniciativa junto com os trabalhadores da educação.A experiência de P.Freire em SP,no Governo Erundina,foi a fonte inspiradora.

Enfim, vamos terminar com algumas questões teóricas.

Para Gramsci, a formação de uma hegemonia é um processo de longa duração e,a transformação da estrutura social é precedida de uma revolução cultural.

Na obra de R. Williams, “estrutura de sentimento” é um conceito chave, em oposição à ‘visão do mundo’ ou à ideologia’. Williams fala de uma “longa revolução”, insistindo na idéia de “cultura vivida” e numa reforma institucional, educativa, da indústria cultural e da esfera pública.

Para R. Williams, uma hegemonia necessitava construir instrumentos culturais, que se traduzissem em tópicos, figuras semânticas, discursos, rituais.

Com estes horizontes, a formação significa um grande trabalho de educação política e cultural, tanto em seus conteúdos, sua metodologia e em seus objetivos ou intencionalidade política. Tudo isto aponta a longo prazo para a construção de uma hegemonia popular. Trata-se de uma “revolução cultural do cotidiano”, de gerar uma cultura democrática. O que está em jogo é uma nova maneira de viver: novas relações sociais, formas de trabalhar, pensar, sentir.

Educação e Projeto político popular

As idéias sobre o papel da educação popular no contexto atual, a partir de Mariátegui para quem a revolução social e a criação de uma nova ordem, qualitativamente superior à civilização burguesa, deixam claro que não era um assunto exclusivamente político e econômico. Implicava também uma dimensão ética e cultural.

Das experiências que vivenciamos e deste campo teórico mariateguiano, podemos assinalar alguns referenciais:

1. A educação popular tende a colocar a organização popular de base, no centro mesmo da construção do projeto político alternativo;
2. a educação popular destaca a importância da democracia na construção do novo projeto hegemônico;
- 3^a educação popular põe a cultura popular como fonte de identidade e força do projeto popular nacional;
- 4^a educação popular reconhece à vida cotidiana, a ‘experiência’, como um espaço de construção da nova hegemonia;
5. como uma consequência da valorização da cultura popular e da vida cotidiana do povo, a educação popular põe em relevo a importância do papel do indivíduo e da subjetividade;
6. a educação popular assume que o “projeto nacional” é construído a partir das experiências concretas e particulares.
7. a educação popular toma a prática da sistematização de experiências como elemento estruturante de sua práxis pedagógica.

Uma última e fundamental conclusão destas experiências. Nos diversos períodos a educação popular simultaneamente foi resistência e criatividade. Sobretudo, em países

que não realizaram as revoluções democráticas burguesas, a educação popular é um elemento instigante de processos aprofundados e radicais de transformação social.

Nos últimos dois períodos, a educação popular foi, no mínimo 'secundarizada' nas estratégias de formação no Brasil. Não por todos os movimentos sociais, mas em alguns de fundamental importância, como CUT e PT, em que ela foi mesmo estruturante, ocorreu esse fenômeno.

Na conjuntura atual, a educação popular associa-se a projetos populares que vão além das estratégias de "desenvolvimentismo social" dominantes nos Governos. Mesmo no caso da RECID, que está estruturada nos espaços governamentais, o Projeto Popular que surge como horizonte de utopia concreta é de caráter popular e comunal, muito além do projeto governamental do período Lula e Dilma.

Todavia, devemos assinalar uma retomada da educação popular nos últimos anos em movimentos novos como Assembléia Popular, Consulta Popular e na metodologia de muitas experiências de Políticas Públicas de Governos associadas com Universidades Públicas e Movimentos Sociais diversos.

Portanto, em muitas situações a educação popular é resistência e implica muita criatividade para ir "Além do Capital", como fala Meszáros. E, na conjuntura atual, porta muitas afinidades, guardando as especificidades, com Projetos em construção em países como Bolívia e Venezuela.